

# *O Significado da Educação Superior para Duas Gerações de Famílias de Camadas Médias\**

**Geraldo Romanelli**

Universidade de São Paulo (USP)

*Analisa o modo como pais e filhos de famílias de camadas médias avaliam a educação superior, considerando as mudanças recentes na sociedade brasileira, que afetaram a condição sócio-econômica dessas famílias e o mercado de trabalho, bem como as alterações ocorridas no sistema educacional. Tomando como referência dados de duas pesquisas, o trabalho examina comparativamente como famílias de gerações diferentes, uma das quais nas décadas de 60 e 70, outra nos anos 90, organizaram suas representações acerca da educação, do mercado de trabalho e da sociedade.*

## **Introdução**

Diversos estudos já mostraram a importância atribuída por famílias de diferentes classes e camadas sociais à escolarização dos filhos como meio para que eles consigam melhores condições de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, salários mais elevados.

O grau de escolarização almejado para os filhos, contudo, é variável de acordo com duas ordens de fatores. De um lado, a posição da família na estrutura da sociedade, vale dizer, a inserção em uma classe ou camada

\* Trabalho apresentado na 17ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em outubro de 1994.

social, estabelece limites na escolarização da prole e ainda delimita o acesso dos filhos a estabelecimentos de ensino de qualidade diferencial, que facilitam ou dificultam a conquista de postos de trabalho. Por outro lado, fatores de ordem cultural, presentes nas representações da família acerca do significado e do valor da escola, contribuem para ordenar a ação parental quanto à escolarização dos filhos. O significado simbólico atribuído à escola pública e à privada e ao processo educacional canaliza e direciona a orientação e as oportunidades de escolarização que os pais oferecem aos filhos.

Entre as camadas médias há um enorme empenho para que os filhos tenham acesso ao curso superior. Nas representações de pais e de filhos, a escolarização superior é avaliada como recurso que qualifica a força de trabalho, habilitando-a a disputar empregos bem remunerados, revestidos de alto valor simbólico, e a competir por posições hierárquicas elevadas nas empresas.

Tais representações, no entanto, são concretizadas e convertem-se em ações que produzem resultados diferenciais de acordo com momentos históricos específicos. Assim, em passado recente, que coincidiu com uma fase de grande desenvolvimento econômico do País, as aspirações ascensionais de pais e filhos puderam, em grande parte, tornar-se realidade. A partir da década de 80, considerada como a década perdida, as possibilidades de ascensão via escolarização superior tendem a ser cada vez mais restritas.

Por tudo isso, é necessário examinar o modo como famílias de camadas médias, da perspectiva dos pais e dos filhos, avaliam a escolarização superior, considerando-se as mudanças recentes na sociedade brasileira, que afetam tanto a condição sócio-econômica das famílias dessas camadas, quanto ao mercado de trabalho no qual os filhos irão ingressar, bem como as alterações que ocorrem no próprio sistema educacional.

Nesse sentido, apresento inicialmente alguns aspectos das transformações recentes da sociedade brasileira e o modo como as famílias das

camadas médias, de maneira geral, incorporaram essas mudanças. Em seguida, examino, a partir de duas pesquisas por mim realizadas, como pais e filhos de duas gerações de famílias de camadas médias viveram esse processo. De um lado, analiso as representações que pais e filhos, nas décadas de 60 e 70, organizaram acerca da escolarização, do mercado de trabalho e da sociedade. De outro lado, procuro apreender como uma parcela de universitários avalia, no presente, a escolarização e o futuro profissional.

### **Modernização, camadas médias e família**

As transformações, pelas quais vem passando a sociedade brasileira, derivam em grande parte da modernização societária e são acompanhadas de mudanças culturais que afetam de maneira mais intensa famílias de determinados segmentos sociais dos grandes centros urbanos, onde a modernização ocorre com maior vigor.

Como já discuti anteriormente (Romanelli, 1986), a modernização a sociedade pode ser apreendida em sua dimensão societária e cultural. No caso da sociedade brasileira, observa-se, desde meados dos anos 50, um processo que se amplia na década seguinte, quando ocorre a implantação do regime militar e que pode ser caracterizado pela expansão das Relações capitalistas de produção e pela difusão da lógica instrumental, produzida por essa mesma expansão. Tal forma de modernização, fruto do desenvolvimento do sistema produtivo, altera o quadro onde se desenrolam as relações domésticas, corroendo as formas de sociabilidade e submetendo-as aos imperativos da racionalidade exigida pelo processo de reprodução do capital.

Sob o abrigo do regime militar, no período posterior a 64, o País assiste a um avanço econômico que promove a concentração e a centralização do capital, diversificando a produção e introduzindo novos bens no mercado. Todavia, esse surto de crescimento econômico, embora beneficie alguns segmentos das camadas médias, que passam a ter rendimentos

elevados, provoca a degradação salarial da imensa maioria dos trabalhadores. Conseqüentemente, inúmeras famílias são obrigadas a aumentar o número de seus integrantes no mercado de trabalho, levando esposas e filhas a desempenharem atividades profissionais, como meio de ampliar a renda familiar e assegurar a manutenção do nível de consumo doméstico.

Ao lado de uma distribuição desigual da renda, a modernização societária funda-se em um regime pautado pela repressão política e pela censura violenta a formas de conduta consideradas questionadoras dos modelos culturais hegemônicos.

A presença desse quadro repressivo não é suficiente para abafar a emergência de novas formas de sociabilidade em diferentes domínios da vida social. Tampouco consegue impedir o questionamento de valores e de modelos de conduta que dizem respeito às relações interpessoais, em particular, àquelas referidas à dimensão afetiva e sexual e às modalidades de ordenação da família.

Com isso, tanto no plano da sociabilidade, quanto no plano normativo, surge a outra face das mudanças sociais, que asseguram o aparecimento da modernidade cultural. Esta se configura como recusa à tradição e a formas convencionais de conduta. De fato, a modernidade cultural abre-se para o novo, procurando encontrar formas alternativas de organizar as relações interpessoais, inclusive no âmbito da família, seja entre cônjuges, seja entre pais e filhos.

Nesse momento, sob o regime autoritário, a disposição para incorporar os elementos inovadores da modernidade cultural não é homogênea no interior das camadas médias, mas varia de acordo com as condições sociais e culturais vividas por cada um de seus segmentos.

Como essas camadas são permeadas por uma grande diversidade, é necessário delimitá-las conceitualmente e estabelecer suas divisões. De acordo com uma abordagem corrente nas ciências sociais, as camadas médias são constituídas por trabalhadores não-manuais, assalariados ou não, que integram um universo social caracterizado por grande heteroge-

neidade. Um recurso para se apreender a composição interna dessas camadas, em termos analíticos, consiste na utilização do conceito de *estrato* (Pereira, 1977). Com esse conceito, é possível delimitar empiricamente diferentes estratos — ou segmentos — das camadas médias a partir de duas ordens de determinações. As determinações de ordem econômica referidas à distribuição da renda, ou seja, ao montante que é distribuído entre os componentes dessas camadas, permitem separar estratos de acordo com rendimentos auferidos, sejam eles provenientes do trabalho assalariado, sejam de atividades autônomas. A outra ordem de determinações que possibilita estabelecer distinções entre estratos remete ao universo simbólico, ou seja, às representações que se configuram em estilos de vida diferenciados em cada estrato. De acordo com tal concepção, o que determina o consumo de famílias de estratos específicos não depende apenas do montante de rendimentos, mas resulta da representação simbólica, vale dizer, cultural, que as famílias elaboram acerca do que é essencial ou supérfluo em termos de suas necessidades. Desse modo, tanto determinantes econômicos, quanto culturais, contribuem para estabelecer a distinção entre os estratos das camadas médias.

Nessa ótica, as camadas médias são constituídas por estratos ou segmentos que podem ser qualificados de modernos, propensos a incorporarem padrões culturais alternativos, conforme documentam os trabalhos de Salem (1980), Velho (1985 e 1986), Nicolaci-da-Costa (1987), Figueira (1985), Romanelli (1986), e por estratos tradicionais, apegados valores convencionais, como aqueles analisados por Heilborn (1984) e Romanelli (1986). Deve-se considerar que há gradações no interior de cada um desses estratos, já que posturas modernizantes convivem, de modo ambíguo, com condutas tradicionais .

É nesse sentido que a análise das representações é relevante. Teno como referência o trabalho de Geertz (1978), mas nele introduzindo algumas alterações, Durham (1984) mostra que as representações são modelos — ou padrões — elaborados no *vivido* de múltiplas experiên-

cias coletivas. De acordo com a análise de Geertz (1978), são *modelos da realidade*. Além disso, também são *modelos para* a conduta, pois constituem ordenações simbólicas para a prática social. Nessa concepção, as representações — e o universo cultural de que elas são parte integrante — devem ser referidas ao processo de sua reprodução, que se realiza em várias instâncias da vida social (Durham, 1984).

É importante levar em conta que, se os modelos culturais são portadores de relações de sentido, são igualmente portadores de relações de força. Alguns modelos tornam-se hegemônicos quando são investidos do poder que possui a classe social que os endossa e os difunde para o conjunto da sociedade, através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, da religião. Nesse caso, conforme a formulação de Gramsci, a hegemonia é um complexo de experiências, de relações, com limites e pressões específicos e mutáveis, continuamente renovada em seu processo ativo e não deve ser vista como simples transmissão de uma dominação imutável.

É por essa razão que modelos hegemônicos jamais conseguem impor-se integralmente, deixando espaço para a inovação cultural, ou seja, para que sujeitos sociais exerçam sua capacidade lúdica de criar e reinventar constantemente o universo da cultura e, conseqüentemente, o da vida social. Com efeito, as condições sociais dos indivíduos e seu estoque simbólico atuam como mediadores na assimilação e na incorporação dos modelos, sejam eles hegemônicos ou não.

Para ampliar a compreensão acerca das representações e das formas de sociabilidade doméstica e do modo como esse modelo hegemônico é posto em prática, torna-se necessário apreender conceitualmente o que é a família.

A família é unidade de reprodução social e, em seu sentido lato, inclui a reprodução biológica, configurando-se como grupo e instituição (Durham, 1983). Como grupo social concreto, é unidade criada por laços de parentesco, de aliança ou de afinidade — fundados no casamento ou

em um uniões consensuais —, de descendência e de consangüinidade. esse caráter coletivo da família faz com que ela seja unidade de cooperação econômica e de consumo coletivo, tanto de bens materiais quanto de elementos simbólicos. Dessa perspectiva, a família é unidade que reúne rendimentos obtidos individualmente para compor a renda familiar, destinada à satisfação do consumo coletivo de seus integrantes (Durham, 1980).

Enquanto instituição, a família situa-se no terreno da cultura, pois é *modelo da e para a realidade*. As relações no interior da família integram o domínio do privado, no qual há livre curso para a expressão dos sentimentos e onde se realizam a socialização e a construção da identidade da prole. Nesse espaço de privacidade, prevalecem códigos culturais informais, diferentes daqueles que vigoram no domínio público, regido por preceitos formais e im pessoais.

Conseqüentemente, a família constitui instância essencial na mediação entre o domínio privado e o público, entre indivíduo e sociedade e, em seu âmbito interno, é mediadora entre interesses individuais de seus integrantes e o grupo doméstico como um todo.

A família constitui-se como unidade de reprodução social e como grupo efetivo, na prática e na representação de seus integrantes. É como grupo de convivência, organizado para suprir a subsistência de todos, que pais e filhos podem pensar a família como coletividade, cuja coesão deve ser preservada para alcançar fins comuns.

Logo, é como grupo que os componentes da unidade doméstica, em especial marido e esposa, elaboram aspirações que são sintetizadas no *projeto familiar*. Esse projeto é construído, incorporando as experiências e as representações de seus componentes e é direcionado para alcançar fins específicos, individuais e/ou coletivos. Resulta, portanto, da negociação entre os integrantes da família, e uma de suas finalidades é promover, através da produção de rendimentos, a mobilidade social do grupo doméstico e de cada um de seus componentes. O projeto não é algo fixo e estabelecido de uma vez por todas, já que a vida doméstica desenrola-se

no espaço temporal, marcado pela alteração na posição de seus componentes tanto na organização grupai, envolvendo a maturidade dos filhos e o envelhecimento dos pais, quanto na estrutura da sociedade. A flexibilidade do projeto depende, portanto, das ações propostas e das alterações que ocorrem na família e da inserção desta em um estrato das camadas médias (Romanelli, 1986).

O projeto familiar pressupõe uma determinada percepção que os componentes do núcleo doméstico elaboram, de modo bastante objetivo, acerca da posição da família no conjunto da sociedade. De fato, o projeto familiar contém uma avaliação da família, da sociedade e das relações entre ambas e que é mediada pela forma de inserção de seus integrantes no mercado de trabalho. A própria *reprodução social* da família é pensada através do modo específico pelo qual ela avalia e apreende o movimento de reprodução da sociedade, tanto em sua dimensão social, quanto no domínio cultural.

Nessas circunstâncias, a reprodução da vida doméstica não é apenas mera reprodução do instituído, mas configura-se como esforço para captar e pôr em prática modalidades de conduta consideradas adequadas para enfrentar as mudanças que ocorrem no plano societário.

Portanto, a entrada dos filhos no curso superior é parte integrante do projeto das famílias de camadas médias (Foracchi, 1965, Salem, 1980, Romanelli, 1986) e pretende assegurar — e mesmo ampliar — a continuidade da ascensão social da família mediante a habilitação profissional dos filhos.

Nesse quadro de referências, cabe considerar o modo pelo qual o jovem converte-se em um determinado tipo de universitário.

### **As diferentes categorias de universitários e sua relação com a família**

Em trabalho sobre estudantes da Universidade de São Paulo (USP), resultado de pesquisa realizada em 1963, Foracchi (1965) analisa a relação desses alunos com a família e com o mercado de trabalho, utilizando

três categorias explicativas fundamentais: a situação de classe da família dos universitários, a sua forma de manutenção, assegurada integral ou parcialmente pelos pais, ou por eles próprios, e os graus de dependência dos estudantes em relação aos genitores.

Os resultados obtidos na pesquisa indicam que as camadas superiores, até então tradicionais frequentadoras da universidade, cedem lugar para os estratos médios em ascensão e estes, através da escolarização prolongada dos filhos, procuram manter e ampliar o processo ascensional.

O exame dos dados empíricos permite à autora mostrar que 71% os universitários provêm dos estratos médios da população (Foracchi, 1965, p.12). Outras conclusões indicam que, do total da amostra estudada, 76% dos estudantes correspondem à primeira geração da família que consegue ingressar na universidade e 37% deles têm ascendentes estrangeiros (Foracchi, 1982, p.53).

Tais dados revelam a imensa importância que as camadas médias atribuíam à escolarização superior como recurso para assegurar e ampliar processo ascensional que as famílias desses alunos já viviam.

Muito embora tal processo ascensional estivesse limitado a uma pequena parcela da população, já que o número de vagas na USP era reduzido, os dados não deixam de ser significativos, pois não só testemunham um processo de transformação na clientela universitária, como indicam mudanças na composição de estratos e classes sociais.

Tomando como referência a análise elaborada por Foracchi (1965) acerca da vinculação de classe dos universitários, de suas formas de manutenção durante o período de formação profissional e das relações de dependência geradas por tal situação, proponho distinguir os universitários em três categorias descritas abaixo.

Os universitários que são totalmente mantidos pela família estão muito mais sujeitos ao controle da mesma, o que cria situações de tensão entre pais e filhos. A possibilidade de o estudante dedicar-se integralmente aos estudos, ficando desobrigado de manter-se financeiramente

te, assegura-lhe uma preparação profissional adequada para enfrentar posteriormente a competição no mercado de trabalho, mas gera a dependência da família, o que limita sua autonomia. É o que ocorre com o universitário que passo a classificar na categoria de *estudante em tempo integral*, já que o projeto familiar volta-se para garantir-lhe uma escolarização prolongada, livre de outras injunções.

Apenas quando totalmente mantido pelos pais o jovem pode dispor de condições para ser um estudante em tempo integral, o que exige submissão a um sistema de compromissos e pressões familiares que se constitui em fonte de ambigüidades. Essa situação geradora de obstáculos para a realização pessoal pode ser mais claramente apreendida quando se efetua a distinção entre duas categorias sociais, a de jovem e a de estudante, que são vividas pelo mesmo sujeito. Como ser estudante e independente, se não é possível deixar de ser jovem e dependente? (Foracchi, 1965)

Por outro lado, quando o estudante trabalha, mas continua a ser parcialmente mantido pelos genitores, avalia ainda o auxílio financeiro recebido como fazendo parte das obrigações parentais. Mesmo quando o apoio material dispensado pela família é de pequena monta, o vínculo de dependência com os pais e o controle deles sobre a conduta dos filhos continuam a ser mantidos. Nessas circunstâncias, em que trabalho e estudo fazem parte da experiência cotidiana do jovem, creio que este pode ser inserido em uma categoria específica, a *de estudante-trabalhador*. Como trabalhador, desempenha suas atividades no presente sem grande envolvimento com a empresa, pois, em termos profissionais, o futuro é pensado a partir da qualificação a ser obtida na universidade. Para os pais, a continuidade parcial da manutenção configura-se como meio para exercer controle sobre o filho; para este a dependência é negativa, mas permite transferir parte de suas responsabilidades para a família.

Outra é a condição vivida pelo jovem estudante quando a família não tem recursos financeiros para mantê-lo integral ou parcialmente ou

quando, mesmo dispondo de condições econômicas, não considera prioritário o investimento na escolarização prolongada dos filhos. O estudante que trabalha não depende financeiramente da família e pode colaborar para compor o orçamento doméstico; a continuidade de seus estudos depende essencialmente de sua disposição e de suas aspirações, embora ele possa receber estímulos e incentivos da família. Neste caso, não é o estudante que trabalha, mas é o trabalhador que estuda, razão pela qual ele pode ser incluído em outra categoria, que denomino *de trabalhador-estudante*. Para esse universitário, o trabalho é extremamente importante, pois é fonte de rendimento para suprir suas necessidades pessoais e mesmo para ajudar a compor o orçamento doméstico, assegurando o consumo da família. O aprendizado escolar é considerado como algo que vem se acrescentar à sua condição ou à sua identidade de trabalhador e que poderá, no futuro, contribuir para sua melhoria profissional e financeira. Apesar disso, o envolvimento com as obrigações escolares fica subordinado a suas atividades produtivas.

Para o *estudante em tempo integral* a escolha do curso fica condicionada a vários fatores, dentre os quais um dos mais relevantes é representado pela influência familiar, o que não exclui a sua decisão pessoal. Na realidade, em geral os filhos ratificam decisões que foram sendo elaboradas gradativamente na relação com os pais e que fazem parte de um projeto ascensional que é comum a ambos. Ou como explicita Foracchi (1982, p.99):

O estudante dificilmente se apercebe, tal a sutileza com que os mecanismos de controle se infiltram no processo de socialização, do conjunto de fatores que circunscreve sua decisão de carreira. Acredita-a livre e apoiada em motivos de ordem estritamente pessoal.

Já a situação do *estudante-trabalhador* e a do *trabalhador-estudante* apresentam semelhanças entre si e certas diferenças em relação à *do estudante em tempo integral*. Para os jovens incluídos nas duas primeiras categorias, o curso superior representa um investimento de vulto —

que não é apenas financeiro —, pela necessidade de conciliar trabalho e estudo, pelo pouco tempo livre, que reduz as possibilidades de lazer e de repouso, e ainda pelo fato de terem de arcar com o custo do ensino. Grande parte dos alunos que trabalham exerce funções no terciário e frequenta cursos noturnos de instituições privadas (Spósito, 1989).

No entanto, esse investimento é considerado compensador, uma vez que qualifica a força de trabalho, possibilitando a seu portador exercer atividades melhor remuneradas e dotadas de valor simbólico mais elevado, havendo ainda a probabilidade de desempenhar tarefas que propiciem realização pessoal. Além do mais, para muitos jovens, um curso superior é necessário para que ele possa ascender na empresa em que trabalha, mesmo quando o curso não tem relação direta com suas atividades.

Qualquer que seja o tipo de estudante, o ingresso em um curso superior está associado a projetos de mobilidade social, o que não exclui outras motivações, tais como a aspiração de exercer determinada profissão e/ou o desejo de conhecimento.

## **As famílias de camadas médias e a escolarização dos filhos**

Em pesquisa realizada em São Paulo, em 1985, com famílias de dois segmentos das camadas médias (Romanelli, 1986), formadas por casais na faixa etária de 31 a 46 anos, que frequentaram a universidade no final dos anos 60 e início dos anos 70 e cujo casamento ocorreu aproximadamente no mesmo período, com uma reprodução biológica que atingia a média de dois filhos por unidade doméstica, pude examinar o modo como os pais desses casais organizaram um projeto ascensional para seus filhos.

Um dos segmentos pesquisados, constituído por dez casais, indicado doravante como Grupo A, mostrava-se mais aberto à inovação e a modalidades alternativas de conduta, próprias da modernidade cultural e incorporadas em grande medida na vivência universitária. Do total de 20 cônjuges, 14 deles cursaram universidades públicas.

No outro estrato, ou Grupo B, os sete casais que o compunham mostravam-se mais apegados a princípios tradicionais e todos os seus componentes haviam concluído o curso superior em instituições particulares. Ao lado dessas diferenças, havia uma homogeneidade expressiva em algumas das condições das famílias de origem, isto é, dos pais desses casais. Um primeiro elemento comum na história de vida dessas famílias era um processo migratório relacionado à procura de melhores condições de trabalho e de remuneração. O relato dos entrevistados deixa claro que o deslocamento espacial de seus pais, incluindo-se aí tanto a migração nacional quanto a internacional, esteve subordinado à procura de melhoria nas condições de vida para a família, o que pressupõe um *projeto familiar*, elaborado em função do futuro dos integrantes da unidade doméstica.

Na consecução desse projeto, a contribuição das mães dos casais é significativa. Seja através de rendimentos obtidos mediante atividade profissional, seja na produção de valores de uso, ou ainda conjugando esses tipos de trabalho, a atuação das mães foi expressiva, como atestam os depoimentos dos filhos.

Outro elemento comum é o fato de as famílias dos dois grupos terem se beneficiado com o processo de modernização societária. Apesar de o desenvolvimento econômico ter produzido uma concentração desequilibrada da renda, os depoimentos dos casais mostram que seus pais viveram efetivamente um processo ascensional, que prescindiu da escolarização superior. No Grupo A, de um total de 20 pais das esposas e dos maridos, seis têm curso superior e dois concluíram o secundário, enquanto entre as 20 mães, duas completaram o terceiro grau e seis têm diploma de segundo grau. Para o Grupo B, dos 14 pais dos casais, cinco têm diploma de terceiro grau e dois completaram o secundário; dentre as 14 mães, seis concluíram o segundo grau e nenhuma delas chegou ao curso superior.

No entanto, ao lado das semelhanças, é necessário apontar a diferença no grau de mobilidade entre as famílias dos dois grupos. Entre os pais dos casais do primeiro grupo, a ascensão foi menor do que para os

genitores do segundo grupo, pois estes já partiram de um patamar profissional e financeiro mais elevado.

Cabe assinalar ainda que o envolvimento dos pais com o contexto modernizador contribuiu para que eles passassem a atribuir um significado específico ao *saber*, que aparece como elemento essencial para impulsionar o desenvolvimento industrial do País, ampliando concomitantemente as possibilidades de ascensão através do trabalho. Nas representações parentais, o saber estava associado à idéia de progresso e de avanço tecnológico, muito presente na ideologia modernizante dos anos 60 e 70, secretada pelo regime autoritário. Incorporando essa representação específica do saber, os genitores não só endossavam a política de desenvolvimento do País, como ainda procuravam extrair dela benefícios para si e para os filhos.

Em tais circunstâncias, é fundamental considerar que, se esse período foi caracterizado pela repressão política e por uma prática econômica excludente que aprofundou a concentração da renda e as desigualdades sociais, foi também uma fase em que diferentes segmentos das camadas médias, em particular aqueles que foram beneficiados por esse tipo específico de desenvolvimento econômico, vislumbraram a possibilidade de manter e ampliar os privilégios conquistados. Essa postura, fundada na ideologia, certamente permeou os sonhos de um futuro melhor, com maiores possibilidades de consumo, que se apresentava diversificado, moderno e promissor.

De um modo ou de outro, houve, nas famílias dos segmentos favorecidos pela implantação de um modelo econômico concentrador da renda, a expectativa de um futuro que seria necessariamente melhor e que pressupunha a existência de *um projeto* para o País. A crença em tal projeto, apesar de seu caráter excludente, encontrava a contrapartida no *projeto* das famílias das camadas médias.

Nesse quadro de referências, pode-se estabelecer a articulação entre as representações parentais e a prática social dessas famílias que, se condenavam, no todo ou em parte, a repressão praticada nesse período, não desdenhavam das possibilidades econômicas abertas para elas.

Há ainda outro dado comum às famílias dos dois grupos. Nelas, as aspirações parentais de manter a continuidade ascensional fundavam-se essencialmente em um projeto de escolarização superior para os filhos. No entanto, em função dos recursos financeiros e das representações que a família tem acerca do processo educacional, a realização de tal projeto esteve associada nos pais do Grupo A, primordialmente, ao ingresso dos filhos em universidades públicas, por serem gratuitas e porque eram consideradas como instituições que ofereciam uma excelente formação. Para os genitores do Grupo B, o tipo de estabelecimento que os filhos cursariam não se apresentava como questão fundamental.

Por sua vez, os pais de ambos os grupos procuraram encaminhar os filhos do sexo masculino para carreiras vinculadas ao processo modernizador, e que acenavam com a possibilidade de se conquistar êxito profissional e financeiro, além de prestígio. Já o direcionamento educacional das filhas, visando a um diploma do curso superior, aparece carregado de indeterminações, pois a atividade profissional feminina era avaliada como menos relevante, em função das representações acerca da posição secundária da mulher na família e no conjunto da sociedade.

Contudo, essa orientação não pode ser entendida apenas como imposição de uma escolha fundada no princípio de autoridade e de poder parental. Na realidade, se filhos e filhas endossavam as orientações dos pais, isso não significava que estes se dobravam à vontade paterna. Antes, indicava que, via de regra, havia uma adequação bastante grande entre as aspirações de ambos, revelando a eficácia do processo socializador parental.

Se a ascensão dos pais dos casais entrevistados prescindiu, em grande parte, da escolarização superior (cf. Salem, 1980), entre os casais que constituem a geração em exame ela foi essencial e representou elemento relevante na reprodução das condições sociais da família de origem.

Esse quadro de referências, que vigorou durante os anos 60 e 70, organizou a trajetória dos casais dos Grupos A e B. Hoje, a situação é outra para os jovens que optam por um curso superior. No período exa-

minado, as possibilidades de mobilidade ascensional, via escolarização superior, para os filhos das famílias desses segmentos privilegiados, não se encontravam apenas no plano de aspirações e de representações de pais e filhos; elas existiam de fato no interior de uma sociedade cuja economia cresceu intensamente nos anos 60 e que, mesmo após perder o vigor de seu ritmo de desenvolvimento, ainda assim conseguiu manter um mercado de trabalho que absorveu os portadores de diploma de curso superior.

### **O estudante em tempo integral**

Para analisar as aspirações atuais dos universitários cujos pais teriam uma história de vida semelhante aos dos casais que correspondem ao que foi qualificado como Grupo A e que poderiam ser seus filhos *sociológicos* (cf. Salem, 1989), tomo como referência alguns dados de pesquisa realizada com dez alunos dos três cursos em período integral (Ciências Biológicas, Psicologia e Química) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do campus da USP de Ribeirão Preto.

Os universitários que compõem a amostra estudada são mantidos pelas famílias, com exceção de um aluno do último ano do curso de Psicologia, que dá aulas particulares, não tendo nenhum contrato formal de trabalho. Outro estudante, também do mesmo curso, tem bolsa-trabalho, fornecida pela Coseas e "faz bicos" eventuais nos fins de semana, trabalhando em um bar.

Um dado significativo é que todos os estudantes declaram que o auxílio financeiro recebido dos pais não tem um valor fixo. Foracchi (1965) chama a atenção para esse fato aparentemente banal, mostrando que, quando os pais não estabelecem um montante fixo para os gastos dos filhos, podem exercer um controle maior sobre eles e não apenas sobre suas despesas. Deixar em aberto a quantia com que os filhos podem contar, torna-se um poderoso instrumento para fazer com que eles acatem as

decisões dos pais, já que estes podem aumentar ou reduzir a mesada em função do comportamento dos filhos.

Para se entender melhor a questão do controle parental, é preciso determinar o local onde residem as famílias desses alunos. Cinco são oriundos de famílias que residem em Ribeirão Preto; dos cinco restantes, quatro vêm de cidades do interior do estado e o último é proveniente de uma cidade de Minas. Embora esta pesquisa não tenha cunho quantitativo, que permitiria efetuar comparações amplas, a origem desses estudantes é relevante, pois parece indicar que boa parte deles, embora recrutados fora da cidade onde se situa a faculdade, são provenientes do próprio estado. Certamente esse dado merece aprofundamento para poder ser comparado com aqueles obtidos com os alunos de diferentes unidades do campus da USP de São Paulo, por Schwartzman (1991). Para este autor, a clientela desse campus é qualificada como *extremamente provinciana*, pois, em sua quase totalidade, é recrutada no Estado de São Paulo, já que 6,3% dos alunos nasceram no interior do estado e 89,8% na região metropolitana da capital.

Considerando-se a origem dos alunos, pode-se supor que, como metade deles está vivendo a experiência de morar sem a família, o controle parental seja menor e que desfrutem de maior liberdade. Embora isso provavelmente seja verdadeiro, em particular para as moças, a relação de dependência dos pais não é eliminada, pois o controle exercido por eles não incide apenas sobre as despesas, mas reporta-se a um fato mais significativo.

Com efeito, a dependência em face da família não se expressa no controle que ela deixa de exercer sobre a conduta dos filhos que vivem em outra cidade. Essa dependência se refere à realização de um projeto e escolarização que não resulta apenas da imposição parental, mas que é também escolhido pelos próprios estudantes, tal como pôde ser verificada na escolha da carreira pela geração anterior, examinada no item anterior. Portanto, a dependência *de fato* não fica subordinada à presença constante dos pais; na realidade, pode-se dizer que prescinde dessa pre-

sença, porque as orientações aprendidas em casa, na relação com os genitores, é efetivamente interiorizada por esses jovens.

Um exame das condições das famílias desses estudantes permite entender melhor como e por que eles interiorizam o controle paterno e agem, para se qualificarem profissionalmente, de acordo com as prescrições parentais.

Observando-se a faixa etária dos genitores dos estudantes, nota-se que a idade mais elevada, tanto dos pais quanto das mães é de 56 anos. As mães estão na faixa etária acima de 44 anos, com exceção de uma que tem 38 anos. Esses dados permitem supor que os casais, com a possível exceção do último caso, já encerraram a reprodução biológica. Ao mesmo tempo, observa-se que há, entre os casais, uma paridade muito grande na relação entre a idade do marido e a da esposa, com uma diferença de três anos a mais para os homens. Tal semelhança na faixa etária permite concluir que os componentes do casal viveram a juventude por volta dos anos 60, os mais velhos, e dos anos 70, os mais jovens. Estiveram, portanto, expostos ao conjunto de influências modernizantes que marcaram essas décadas, como já foi apresentado anteriormente. É claro que esse dado não serve como indicador de que tenham absorvido e incorporado as propostas alternativas de conduta, mas que as vivenciaram numa fase em que parte deles cursava universidades, nas quais a difusão de novos modelos de relações interpessoais e o questionamento político eram bastante presentes.

Dos pais desses alunos, cinco têm curso superior, dois completaram o segundo grau, dois concluíram o primeiro grau e apenas um tem o primeiro grau incompleto. Entre as mães, três concluíram o terceiro grau, duas o segundo grau, duas têm o primeiro grau completo e outras duas não terminaram o primeiro grau. Do mesmo modo que na questão da idade, há, entre os casais, uma grande semelhança entre a escolaridade do marido e a da esposa; quando há diferenças, o marido está num patamar de escolaridade mais elevado do que o da esposa.

Com referência ao trabalho, cinco mães exercem atividade profissional e cinco são donas-de-casa. Dentre as primeiras, três são professoras, uma é comerciante e a outra é costureira autônoma.

Quanto aos pais, há cinco comerciantes, dois professores universitários, um técnico administrativo e dois gerentes de empresa; todos, portanto, exercendo profissões no setor de serviços, que é um dos indicadores de pertencimento às camadas médias.

O levantamento da renda familiar é complicado de ser efetuado em qualquer pesquisa. Um dos fatores que limitam o acesso a esse dado é o fato de, muitas vezes, os filhos desconhecem os rendimentos dos genitores. Se bem que nem sempre os pais ocultam dos filhos o montante de seus rendimentos, o fato de mantê-los desinformados é um recurso bastante utilizado para controlar as despesas da prole e para incentivar os filhos a trabalhar para cobrir gastos extras ou considerados supérfluos pela família. No caso desses alunos não foi possível obter esse dado para o conjunto da amostra, razão pela qual ele não é apresentado.

No entanto, se considerarmos que nessas unidades domésticas há uma média de 3,8 filhos por família, e que todos estudam ainda, e que aqueles que já concluíram o curso superior foram mantidos pelos pais e se levarmos em conta ainda que cinco dessas famílias mantêm os filhos fora de casa, pode-se concluir que seus recursos financeiros não são reduzidos.

Há outro fato relevante quando são considerados, em conjunto, a idade com que os pais dos estudantes se casaram, a ocupação dos genitores e ainda o fato de que cinco mães têm rendimentos próprios, provenientes de atividade profissional. Esses dados permitem supor que esses casais iniciaram a vida profissional e a constituição da família em um momento histórico da sociedade brasileira marcado pelo crescimento econômico, o que permitiu, muito provavelmente, a formação de um certo patrimônio financeiro.

Ora, esse conjunto de dados, aliados aos depoimentos dos estudantes, indicam claramente que suas famílias os incentivaram a lutar pela

manutenção da ascensão já conseguida pelos pais através da escolarização prolongada. É assim que se pode entender o empenho paterno, muitas vezes acompanhado de sacrifício e de contenção do consumo — tanto dos pais, como dos filhos — para que estes cursem uma universidade pública, cujo diploma é, pelo menos no plano das representações, considerado como um passaporte para se obter qualificação adequada e conseguir êxito profissional e financeiro. Tal postura parental, que Zérolou denomina de *ética do sacrifício* (Zérolou, 1988, *apud* Nogueira, 1991) parece ser bastante comum entre famílias francesas dos quadros médios, com reduzido capital econômico (Nogueira, 1991).

A percepção que os filhos têm da luta dos pais em prol do futuro da prole está clara na fala de um dos estudantes:

A gente sempre estudou em colégio particular, e era uma coisa, a gente não tinha consciência do sacrifício que eles tinham, né? Então a gente conversa muito sobre isso mesmo, sobre como é que é feita a organização financeira da minha casa, como é que está sendo feita a educação dos meus irmãos menores.

Esse depoimento revela outro dado significativo, mostrando que boa parte desses estudantes freqüentara *o circuito virtuoso* de escolarização (Souza, 1990-1991), que é constituído por uma trajetória que leva o aluno das escolas particulares de primeiro e segundo graus para a universidade pública.

Na família dos estudantes, as relações entre pais e filhos parecem ser relativamente harmoniosas. As áreas de conflito e de tensões estão relacionadas a diferenças de posições diante de temas gerais, tais como aqueles relacionados à política. Outras fontes de atrito dizem respeito ao controle que os pais tentam exercer sobre os filhos no domínio privado. Neste caso, as queixas dos estudantes voltam-se contra o que qualificam de invasão da privacidade e de contenção de sua autonomia. No entanto, nenhum deles se queixa de limitações impostas a namoro ou ao lazer, a

não ser, neste último item, naquilo que se refere a despesas. Não há, no entanto, menção alguma a conflitos quanto a questões realmente essenciais para o projeto familiar, relacionadas ao estudo ou à futura carreira. Neste ponto, filhos e pais parecem estar de acordo quanto à concretização do projeto familiar de escolarização. Deve-se considerar ainda que o fato de a metade desses estudantes não residir com os pais contribui para a redução dos conflitos domésticos.

Há, nos depoimentos de todos os estudantes, uma clara distinção entre a forma de relacionamento que mantêm com o pai e com a mãe. Embora todos afirmem que têm um bom relacionamento com o pai, não deixam de enfatizar que a relação com a mãe é mais próxima e mais fácil, como pode ser constatado no depoimento de um estudante:

Minha mãe é menos esquentada, bem mais na dela. Assim, ela tem uma, uma visão assim bem, ela é bem mais perspicaz, bem esperta, ela é um pouquinho menos sonhadora que meu pai. Meu pai, ele sonha muito alto às vezes, pisa muito em nuvens. De repente, acaba se decepcionando algumas vezes. Minha mãe é mais pé no chão ... e ela, é mais fácil conversar com ela a respeito de coisas que nós estamos passando agora, né?

Esse depoimento de certo modo reproduz uma concepção extremamente presente em todas as falas, que aponta a mãe como interlocutora privilegiada dos filhos, o que, na realidade, já foi constatado em inúmeras pesquisas sobre família. A maior proximidade dos filhos com a mãe resulta da divisão sexual dos papéis de genitor e genitora, que acaba imputando à segunda um conjunto de características que a tornam, na representação e na prática familiar, uma personagem mais próxima e acessível aos filhos, além de ser mediadora na relação com o pai. Nesse sentido, pode-se concluir que os vínculos internos nessas famílias ainda não foram suficientemente alterados, apesar de todas as mudanças registradas na instituição doméstica. Embora muitas dessas mães exerçam atividades profissionais fora do lar, contribuindo de modo decisivo para compor o orçamento doméstico, ainda assim permanece uma nítida divisão nos papéis materno e paterno.

A importância materna deve ser avaliada ainda de outra perspectiva relacionada com a escolarização dos filhos. Como mostra o estudo de Schwartzman (1992, p. 9):

A educação da mãe parece ter um papel mais direto na carreira dos filhos do que a dos pais.

Desse modo, a influência materna — e não apenas das mães com curso superior — na construção e na concretização do projeto de escolarização dos filhos é algo decisivo, seja pela orientação que ela proporciona, seja porque em parte das famílias desses alunos a sua contribuição financeira permite que os filhos permaneçam fora do mercado de trabalho, dedicando-se exclusivamente ao estudo. As falas dos estudantes indicam que, mesmo quando a mãe não exerce atividade profissional, nem tem escolaridade elevada, ainda assim ela domina diferentes aspectos da esfera pública, não estando portanto confinada exclusivamente ao domínio do universo privado.

A concretização do avanço social dessas famílias, através dos filhos, pode ser avaliada comparando-se o grau de escolaridade daqueles com o dos pais. Como foi descrito acima, na amostra estudada, cinco pais e três mães têm curso superior. Se compararmos o grau de escolaridade a ser obtido pelos filhos que ainda são estudantes, com a instrução do pai, constata-se que cinco alunos, ou seja, metade da amostra, serão a primeira geração a concluir o curso superior. Por outro lado, se levamos em conta a mesma relação entre filhos de ambos os sexos com a mãe, a proporção aumenta. Nesse caso, 70% da amostra serão a primeira geração a cursar a universidade. Dessa perspectiva, nota-se que, do ponto de vista da qualificação profissional para enfrentar o mercado de trabalho, há efetivamente um processo de ascensão, muito embora deva ficar claro que a conclusão de um curso superior, por si só, não é indicador de acesso a melhores condições financeiras ou sociais. Esses dados, embora não sejam estaticamente significativos, podem ser comparados com os resulta-

dos da pesquisa de Foracchi (1965) e devem ser colocados no contexto da atual economia brasileira.

Como já foi apresentado no item anterior, o momento histórico em que foi realizada a pesquisa de Foracchi era de expansão econômica, em que havia mudanças que, de fato, apontavam para um futuro percebido como melhor. Foi também nessa época que os pais dos alunos da amostra estudada iniciaram sua carreira profissional. Ora, nesse período, a euforia do desenvolvimentismo criava aspirações de mobilidade social que, efetivamente, se concretizaram para inúmeras famílias, dentre as quais as desses alunos. Hoje a situação é outra, e as possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho são muito mais restritas do que nos anos 60 e 70. Se considerarmos que as famílias estudadas têm um total de 38 filhos que, como indicam os depoimentos dos estudantes, irão concluir — em alguns casos já concluíram — o curso superior, temos nessas poucas famílias um aumento significativo na escolarização dos filhos. Assim, o que é um fato positivo tem seu lado perverso, representado pelo aumento o contingente de graduados no curso superior, tendo de enfrentar a escassez de oportunidades de trabalho.

## **A vivência universitária e a percepção do mercado de trabalho**

A escolha do curso é resultado de um processo longo de avaliação as aspirações do candidato, das profissões e do mercado de trabalho, que é lentamente elaborado na relação com a família.

No entanto, as diferentes motivações que conduzem à escolha de um curso e de uma carreira podem ser incluídas em dois eixos (Schwartzman, 1992). Uma das motivações tem como elemento nuclear a preocupação com a *profissionalização*, isto é, a escolha do curso está vinculada a representações bastante objetivas acerca das possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho. De acordo com essa concepção, a aquisição do conhecimento não é algo importante em si, mas tem um valor instrumental, pois

capacita o sujeito a desempenhar determinada tarefa. Certamente, a procura de satisfação pessoal e de realização profissional são fatores relevantes, contudo ficam condicionadas ao sucesso profissional.

Outra motivação tem como eixo articulador a *vocação*, que compreende escolha de curso e de carreira fundada em representações que levam em conta a realização pessoal e profissional, em primeiro lugar. Nessa representação de carreira, o conhecimento não é apenas instrumental, ou meio para atingir fins, mas é procurado como algo que tem valor próprio.

No entanto, essas motivações ficam subordinadas às condições sociais e culturais da família. No primeiro caso, trata-se da disponibilidade de recursos financeiros que podem ser investidos pela família na formação dos filhos. Todavia, a questão não é apenas financeira. Muitas vezes, as famílias dispõem de condições para assegurar escolarização prolongada para os filhos, mas preferem encaminhá-los ao mercado de trabalho logo após a conclusão do secundário. Em outros casos, os pais impedem que as filhas ingressem em determinados cursos porque teriam de ir estudar em outra cidade. Portanto, a escolha depende também do modo como a família representa e avalia a profissionalização dos filhos a partir do que Bourdieu (1974a, 1979) chama de *capital cultural*.

Assim sendo, a escolha da carreira não se configura como decisão exclusivamente individual e subordina-se tanto às condições financeiras da família quanto à posse de um determinado capital cultural. É nesse sentido que se pode compreender porque determinados pais fazem aquilo que os filhos chamam de *sacrifício* para mantê-los apenas estudando.

Se as motivações que conduzem os alunos ao ensino superior são diversificadas, suas reações ao ingressar na universidade são bastante semelhantes, como pode ser documentado nos depoimentos dos estudantes.

Todos avaliam de modo positivo o ingresso, apontando a riqueza de experiências, a diversidade das relações, a ampliação no modo de avaliar a realidade. Essa valorização da vivência universitária decorre tanto da aquisição de formas de saber quanto do enriquecimento da sociabili-

dade, propiciado pelo contato com colegas portadores de diferentes experiências. É o que pode ser constatado no depoimento de um aluno:

Agora eu sou um universitário, né? E mudou a convivência com, assim, vários tipos de faculdade, de alunos de faculdades diferentes, de conversar e dialogar. (...) Mudou foi mais as conversas, a convivência com as pessoas, pessoas diferentes, níveis diferentes e instruções diferentes. Quando tava no colégio era todo mundo assim no mesmo nível.

A relação com os professores é avaliada a partir de critérios informais referidos à qualificação dos mesmos e seus atributos pessoais quase não são mencionados pelos alunos. A utilização de elementos informais nessa avaliação, por exemplo, o interesse por uma disciplina e/ou pelas pesquisas realizadas pelos docentes, atua como mediador essencial para os alunos aproximarem-se dos professores. Essa percepção dos vínculos com os professores, na realidade, traduz as representações que os alunos fazem do conhecimento científico e, em particular, das instituições onde esse conhecimento é ministrado. Os estudantes da USP já ingressam na universidade com uma representação de sua importância na produção do conhecimento e no desenvolvimento de pesquisas. Por isso, atribuem um significado altamente positivo à posse do saber, que se torna critério básico para a avaliação dos professores. Cabe acrescentar, ainda, que essa postura dos alunos é realimentada no cotidiano da USP pela competição existente no próprio corpo docente, no que diz respeito ao domínio do conhecimento científico.

Todos os alunos consideram que o conhecimento e o preparo profissional proporcionados pela universidade são importantes, embora insuficientes para se obter empregos bem remunerados e dotados de prestígio.

Na realidade, é necessário explicitar essa postura. Esses estudantes abem muito claramente que sem um diploma de curso superior as possibilidades de conseguirem ingressar no mercado de trabalho ou de mudar de posição em seu interior são diminutas. Mas sabem também que apenas o diploma é insuficiente para promover a tão ambicionada ascensão social.

Daí ser necessário considerar as mediações entre a qualificação do trabalhador com diploma universitário e as regras do mercado de trabalho, regras essas que são impessoais e formais, para os candidatos anônimos e desconhecidos, e que se convertem em ordenações pessoais e informais para amigos e apaniguados.

Como já foi explicitado, as condições sócio-econômicas da família delimitam o acesso dos filhos aos cursos que os qualificam para profissões de maior prestígio e melhor remuneradas (Durham e Schwartzman, 1989). Como a competição por esses cursos é grande, apenas os jovens provenientes de famílias com *capital cultural* adequado e com recursos financeiros elevados, para mantê-los em boas escolas privadas de segundo grau e fora do mercado de trabalho, podem preparar-se adequadamente para competir por vagas altamente disputadas e ultrapassar a barreira do vestibular. Todavia, não basta passar por essa barreira para concretizar aspirações de sucesso profissional. Além da redução no número de empregos, fato que não ocorre apenas no Brasil (Unesco, 1981), o ingresso no mercado de trabalho depende de contingências diversas que valorizam mais a origem social do que a competência do candidato (Durham e Schwartzman, 1989). Essa modalidade de seleção, fundada em critérios personalistas, é prática comum na vida brasileira (Da Matta, 1985), e remete às formas de sociabilidade e aos vínculos de amizade e de lealdade criados na vivência universitária.

Nesse sentido, a cumplicidade de classe (Bourdieu, 1974b) gerada entre estudantes provenientes da mesma classe social, ou dos mesmos estratos, funda-se em critérios personalistas, estabelecendo lealdades intensas. Essa cumplicidade entre iguais converte-se em instrumento poderoso para assegurar o acesso a determinados empregos e a cargos elevados a amigos originários dos mesmos segmentos sociais e das mesmas instituições de ensino. Cria-se, desse modo, o que pode ser qualificado como uma espécie *de reserva de mercado* para alguns poucos privilegiados, independentemente da competência que possam ter. É evidente que a competência tem de ser levada em conta, mas é um fator secundário.

Melhor dizendo, escolhe-se o mais competente não de modo formal entre todos os que se candidatam a determinada vaga, mas entre amigos ou conhecidos de longa data. **Aqui** temos a manipulação de critérios personalistas, próprios do universo privado, indevidamente utilizados na esfera pública, na qual devem prevalecer critérios essencialmente impessoais e formais, já que são estes que garantem direitos iguais para cidadãos formalmente iguais.

É justamente em função de todas essas limitações que o diploma de ensino superior continua a ser desejado e considerado como instrumental para a entrada no mercado de trabalho ou para avançar em seu interior.

Contudo, mesmo superando essas dificuldades, os jovens que deixam de ser estudantes para se converterem unicamente em trabalhadores devem enfrentar ainda mais uma barreira. Muitos deles ocuparão, provavelmente, posições nas empresas marcadas pelo desvio ocupacional ou pelo subemprego (Paul, 1989). O primeiro ocorre quando as qualificações adquiridas na escola não se ajustam àquelas exigidas pela empresa; o segundo refere-se a situações em que o trabalhador ocupa um emprego abaixo de seu nível de qualificação profissional.

Lamentavelmente essas duas situações parecem ocorrer cada vez mais, atingindo, sobretudo, *os estudantes-trabalhadores* e *os trabalhadores-estudantes*, por serem os menos qualificados, devido, em larga medida, à posição da família na estrutura da sociedade, o que condiciona sua história estudantil e profissional.

## **Considerações finais**

A comparação entre as representações de duas gerações das camadas médias acerca do significado da escolarização superior mostra certas semelhanças entre o modo de apreender as possibilidades oferecidas pelo sistema educacional na sua relação com o mercado de trabalho, bem como diferenças nas possibilidades de concretização das aspirações ascensionais de diversos segmentos dessas camadas.

A primeira geração examinada, que freqüentou a universidade nos anos 60 e 70, orientou a percepção da sociedade e a carreira a partir de um projeto familiar, respaldado em outros projetos de cunho coletivo, que sustentavam e realimentavam os anseios das famílias.

Dentre esses projetos, um deles, de cunho conservador, materializava-se em uma política econômica que acenava com promessas de progresso e de consumo moderno para uma parcela reduzida da população, inclusive para segmentos privilegiados das camadas médias, profundamente seduzidos pelos princípios propalados pela modernização societária. Em outra instância, o projeto da modernidade cultural, com suas propostas liberadoras dos desejos individuais, apregoava a renovação da vida privada. Esses projetos diferentes e contraditórios, mas que apontavam para o futuro, eram englobados por um proposta autoritária que, na dimensão da vida política, negava direitos iguais para o conjunto da população. Todavia, a coexistência contraditória de tais propostas oferecia para as famílias de camadas médias — e não só para elas — uma concepção de futuro que, se era fechada e restrita no plano político, era renovadora na dimensão cultural e econômica.

No presente, a segunda geração pesquisada enfrenta uma carência de projetos coletivos e de utopias. As entrevistas com os universitários mostram uma descrença muito grande na política e na economia do País, ao lado de um desejo de renovação cultural. Porém, se no domínio público reina um relativo desânimo, os projetos familiares continuam a germinar e alimentam, teimosamente, a esperança de um futuro melhor.

De qualquer modo, a família não é o repositório nem o baluarte de defesa da tradição; tampouco é instituição voltada unicamente para a renovação da vida social; ela constitui apenas uma das instâncias em que o social é produzido e reproduzido e que engloba, portanto, o modo pelo qual pais e filhos avaliam o processo educacional, em seus diferentes graus, e utilizam os benefícios por ele oferecidos, para tentar concretizar aspirações ascensionais, que são profundamente legítimas e estão presentes em todas as classes sociais.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974a.
- \_\_\_\_\_. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974b.
- \_\_\_\_\_. Les trois états du capitei culturel./Actes de *La Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n.30, p.3-6, nov. 1979.
- DA MATTA, R. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacionai. In: \_\_\_\_\_. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DURHAM, E.R. A família operária: consciência e ideologia. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.201-213, 1980.
- \_\_\_\_\_. A família e a reprodução humana. In: DURHAM, E. R. et al. *Perspectivas antropológicas da mulher*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- \_\_\_\_\_. Cultura e ideologia. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.71-89, 1984.
- DURHAM, E.R.; SCHWARTZMAN, S. *Situação e perspectivas do ensino superior no Brasil: os resultados de um seminário*. São Paulo: NUPES, 1989.
- FIGUEIRA, S.A. Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: FIGUEIRA, S.A. (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

- \_\_\_\_\_. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HEILBORN, M.L. Visão de mundo e ethos em camadas médias suburbanas no Rio de Janeiro. *Ciências Sociais Hoje* — 1984. São Paulo: ANPOCS, 1984.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. *Sujeito e cotidiano*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- NOGUEIRA, M.A. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais. Notas em vista da construção do objeto de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.3, p.89-112, 1991.
- PAUL, J. J. *Algumas reflexões sobre as relações ente o ensino superior e o mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: NUPES, 1989.
- PEREIRA, L. Estratos, capitalismo e distribuição de "renda". In: \_\_\_\_\_. *Anotações sobre o capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- ROMANELLI, G. *Família de camadas médias: a trajetória da modernidade*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- SALEM, T. *O velho e o novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.9, n.3, p.24-37, fev. 1989.
- SCHWARTZMAN, S. *Uma universidade, várias trajetórias*. São Paulo: NUPES, 1991.

\_\_\_\_\_. *Posição social da família e experiência universitária*. São Paulo: NUPES, 1992.

SOUZA, P. R. A universidade e a crise da educação. *Revista USP*, n.8, p.27-32, dez. 1990/jan./fev. 1991.

SPÓSITO, M. P. (Org.). *O trabalhador-estudante: um perfil do aluno do curso superior noturno*. São Paulo: Loyola, 1989.

UNESCO. *La jeunesse dans les années 80*. Paris: Les Presses de l'Unesco, 1981.

VELHO, G. A busca da coerência: coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas. In: FIGUEIRA, S.A. (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

. *Subjetividade e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

ZÉROLOU, Z. La réussite scolaire des enfants d'immigrés. L'apport d'une approche en termes de mobilisation. *Révue Française de Sociologie*, Paris, n.29, p.447-70, 1988.

Recebido em 26 de novembro de 1995.

Geraldo Romanelli, doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo(USP), é professor assistente desta universidade, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

*This paper presents an analysis of how middle class parents, and their Children, evaluate higher education, taking into account, from one side, recent changes that occurred within Brazilian society, which have affected both these families socio-economic conditions, as well as job*

*opportunities, and, from the other side, changes in the school system. Two families, belonging to two different generations (respectively, to the 60's-70's, and to the 90's) were studied through separate researchs. Data were compared, stressing how they have organized their representations about schooling, work and society.*

*Dans cet article, on analyse la façon dont des pères et des fils de familles de classes moyennes évaluent l'éducation, en prenant en considération aussi bien les changements récents arrivés à la société brésilienne, et qui ont affligé la condition socio-économique de ces familles et le marché du travail, que les transformations arrivées dans le système éducationnel. En se fondant sur les données trouvées par deux autres recherches dans ce travail, on examine, par comparaison, comment des familles de générations différentes — dont l'une appartient aux années 60-70 et l'autre, aux années 90 — ont organisé leurs représentations concernant l'éducation, le marché du travail et la société.*

*Este artículo analiza de que manera padres y hijos de familias de clases medias evaluaron la educación superior, considerándose las modificaciones recientes en la sociedad brasileña, que afectaron la condición socioeconómica de esas familias y el mercado de trabajo, así como las alteraciones ocurridas en el sistema educacional. Tomándose como referencia datos de dos pesquisas, el trabajo examina comparativamente como familias de generaciones diferentes, una de las cuales en las décadas de 60 y 70, otra en los años 90, elaboraron sus representaciones acerca de la educación, del mercado de trabajo y de la sociedad.*